

# Ulysses diz que ninguém intimidará a Constituinte

BRASÍLIA — “A Constituinte é independente e não será intimidada nem subjugada por nenhuma força”, disse o deputado Ulysses Guimarães, ao deixar o Palácio da Alvorada, na manhã de ontem, depois de uma reunião de 1 hora e 15 minutos com o presidente José Sarney. Ulysses garantiu que Sarney não fez qualquer pressão para mudar o substitutivo de Bernardo Cabral.

— O presidente foi parlamentar durante 27 anos. Ele tem seus pontos de vista, mas sabe que a Constituinte agirá com independência e decidirá as questões internamente disse. Ulysses acrescentou que não acredita que o Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao classificar o substitutivo de Bernardo Cabral de “inaceitável”, tenha dado um recado a pedido de Sarney.

Observou o dirigente pemedebista que “quando o presidente quer falar sobre assuntos dessa importância, tem se manifestado publicamente. Ele não precisa de porta-voz”. Ulysses ressaltou que está seguro de que o general Leônidas Pires, ao criticar o texto de Cabral, não quis intimidar a Constituinte. Mas apesar disso repetiu “que a Constituinte não será intimidada”.

Ulysses chegou ao Palácio da Alvorada às 9h30min. Ao sair, classificou inicialmente o encontro como “uma conversa de rotina”, com pauta concentrada nos problemas dos estados e na administração do Plano Bresser.

— Falamos também da Constituinte e notadamente do substitutivo do Bernardo Cabral — admitiu, depois de muita insistência dos repórteres. Ele revelou que o presidente fez várias observações a respeito do texto, “o que é natural, pois é normal que um trabalho tão amplo e complexo como o substitutivo tenha defeitos”.

Um dos aspectos discutidos, segundo Ulysses, foi o do sistema tributário, relacionado com a arrecadação e a distribuição dos impostos entre a união, os estados e os municípios. A questão do sistema de governo também fez parte da pauta. Ulysses aproveitou para fazer — “pela milionésima vez”, conforme explicou — sua profissão de fé no presidencialismo.

“Sou favorável ao presidencialismo com uma Câmara que possa exercer sua função fiscalizadora”, disse. Entre as novas prerrogativas que devem ser dadas ao legislativo, citou a de ser informado rápida e corretamente pelos ministros de estado. Se um ministro não responder a um pedido de informação no prazo de 30 dias, na opinião de Ulysses, o Congresso deve ter o poder de promover uma ação de responsabilidade contra ele.

## Sarney, como Figueiredo, chama o Pires

Marcos Sá Corrêa

O governo José Sarney definiu seu futuro nas manobras militares desta semana, em que o general Leônidas Pires Gonçalves, com uma bala perdida do tiro sobre a Constituinte, derrubou do controle da economia o ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Como Bresser saiu pessoalmente incólume da reunião ministerial de quinta-feira, não se registrou que seu plano tinha caído, a golpes da mesma voz ofensiva que o palácio do Planalto amplificara para assustar o deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte.

Como material de biópsia, o episódio concentra toda a patologia do governo. A começar pela simulação de crise militar, que as primeiras análises desmentiram. Sarney, a seu modo tácito, “chamou o Pires” — como definiu o ex-secretário presidencial Heitor Ferreira, com a autoridade de quem já viu de perto cena homônima, quando no palácio estava o general João Figueiredo e o Pires do ministério do Exército se chamava Walter, e não Leônidas. Figueiredo, ao se desentender com os políticos, também tinha o hábito de sacar ameaças de crises militares, como argumento administrativo. Se a crise não existe, é um gesto tão desastrado, e até perigoso, quanto puxar revólver de espoleta em briga de capoeira. Foi assim que, na sucessão de 1984, ele expôs à desmoralização política o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, na época seu porta-voz contra candidaturas civis ou rebeldes.

No caso do ministro Leônidas, a crise negou fogo porque não é séria, não pode ser, a preocupação dos militares com a proposta de anistia esboçada no anteprojeto do relator Bernardo Cabral. Todo o comando do PMDB admite ser inexecutível a reintegração ao serviço de militares cassados lá se vão quase vinte anos.

Leônidas estava — com o estímulo de Sarney — vocalizando a reação do governo ao parlamentarismo. Desse assunto, comicamente, ninguém falou no encontro que acabou tratando só disso. Mas o

ministro do Exército atacou exclusivamente a anistia, assim como o presidente só fez queixas da perda de arrecadação que as novas normas tributárias imporiam à reunião. Tudo deliberadamente ambíguo, pois não fica elegante o atual presidente enfrentar o parlamentarismo, matéria da estrita competência dos constituintes. O próprio Sarney, meses atrás, evitou inclusive o ritual de enviar formalmente à Constituinte o cardápio da próxima Constituição, feito pela Comissão Afonso Arinos, a pretexto de não se meter onde não era chamado.

Tratou-se portanto de afugentar o parlamentarismo, sem mencioná-lo. Como a intimidação engasgou pela inverossimilhança, os problemas políticos do governo pioraram. Primeiro, porque explicitou o campo em que a Constituinte será tentada a exercer a sua rebeldia diante de Sarney — o parlamentarismo. Sobre ele, as opiniões ainda parecem divididas entre os parlamentares, mas influenciará fatalmente sobre os indecisos o ambiente, inclusive de opinião pública, em que a Constituinte estará resolvendo a questão lá pelo fim do ano.

Nessa hora, nada mais inconveniente para o governo do que uma crise econômica — ela sim, ao contrário da militar, palpável em bolsos fardados ou paisanos. Os economistas, em geral, prevêem que o país estará às voltas com uma recaída inflacionária em outubro ou novembro, de intensidade comparável à que disparou o plano Bresser há pouco mais de dois meses, num momento em que os preços roíam tudo — dos preços ao mandato de Sarney.

A reunião ministerial foi prevista para isso. Talvez nem tanto para apertar com rigor os gastos públicos, quanto para mostrar em público a prioridade política que Sarney atribui ao plano Bresser — inclusive, à falta de outro que justifique, além de abstrações tipo “transição institucional” o exercício de qualquer mandato, sob qualquer sistema de governo. O plano Bresser é a verdadeira chance do presidente para mostrar que manda. E os ministros haviam sido convocados para compor o cenário dessa exibição de músculos.

A última hora, apavorar o deputado Bernardo Cabral deve ter parecido muito mais importante, pois Bresser Pereira foi deixado no caminho do ministro do Exército, que antes de encerrar a discussão desancando os políticos, abriu a comandando o motim ministerial contra o plano econômico. O que seria a oportunidade do plano Bresser, virou o show do plano Leônidas. O resultado da troca será medido na Constituinte pelos índices da inflação de novembro.

## Richa quer que presidente opine

O senador José Richa (PMDB-PR) disse que o presidente José Sarney deve ser incluído, como “participante privilegiado”, em todas as próximas negociações sobre o futuro sistema de governo, o tema político mais importante do país, segundo ele. “Este é um assunto tão polêmico que não pode ser objeto apenas dos constituintes mas de outros setores, principalmente o presidente da República”, disse.

Richa confirmou que o sistema parlamentarista previsto no substitutivo constitucional do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi o tema principal do café da manhã que tomou com o presidente, na última sexta-feira, depois de ter conversado no dia anterior com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

O senador defendeu que a negociação sobre o sistema de governo seja a última a ser fechada na Constituinte, de preferência até depois de começar a discussão em plenário, no final do ano. “Temos ainda três etapas, não há pressa, não precisamos ser afobados”, afirmou ontem, depois de nova rodada de discussão com o grupo interpartidário que lidera, o “grupo Hércules”.

Na conversa com Sarney, sexta-feira, Richa disse ao presidente que a Constituinte “não está fazendo uma conspiração” e que os temas polêmicos do substitutivo de Cabral poderão ser modificados nas próximas etapas de discussão. Ele tomou a iniciativa de ir a Sarney e ao General Leônidas logo depois da reunião ministerial da última quinta-feira, quando o ministro do Exército acusou a Constituinte de estar dominada por uma “minoria de ativistas”.